

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

It is still necessary fighting for the guarantee of the rights in the socioeducational system: an experience report about accessible projects for education

Téssia Gomes Carneiro
Keliene Vale
Gislene Moreira
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Araguaína-TO-Brasil

Resumo

Relato de experiência sobre projeto desenvolvido com um grupo de adolescentes em conflito com a lei, do Centro de Internação Provisória (Ceip) Norte, no Estado do Tocantins. O objetivo do trabalho foi discutir as garantias dos direitos educacionais, dentre eles o direito à literatura. Participaram do grupo, nove adolescentes da unidade masculina, com idades entre 14 e 18 anos. Foi realizada uma sessão de cinema, com a exibição de dois curtas-metragens e um debate mediado. Os curtas-metragens têm roteiros que dialogam entre si e trazem uma proximidade com a realidade dos adolescentes e suscitaram a discussão acerca da importância do processo de ensino e aprendizagem na superação de barreiras, tanto de pensamentos quanto de posição social. A experiência permitiu acesso a bens culturais e conhecer as aspirações dos adolescentes.

Palavras-chave: Leituras; Socieducação; Direitos Humanos.

Abstract

This experience report is about a Project developed with a group of teenagers in conflict with the law, in mates of the Provisional Internment Center (Ceip North), in the state of Tocantins. The objective of the work was to discuss the guarantees of educational rights, including the right to literature. Nine teenagers from the male unit, aged between 14 and 18 years old, participated in the group. A cinema session was held, with the screening of two short films and a mediated debate. The short films have scripts that dialogue with each other and bring a certain proximity to the reality of adolescents and raised the discussion about the importance of the teaching and learning process in overcoming barriers, both in terms of thoughts as well as social position. The experience allowed Access to cultural good and together to know the aspirations of the teenagers.

Keywords: Readings; Socieducation; Human Rights.

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

Introdução

A precariedade do sistema socioeducativo no norte do Estado do Tocantins, região Norte do país, é discutida no âmbito judicial, tendo sido o Estado condenado a construir uma unidade adequada ainda em 2016, inclusive com bloqueio de verbas, a pedido do Ministério Público Estadual, mas o poder público continua inerte. A estrutura em que funcionava o Centro de Internação Provisória Norte (Ceip Norte) já vinha apresentando problemas há muito tempo, era uma antiga Delegacia de Polícia em Santa Fé do Araguaia, que atendia cerca de 20 adolescentes em conflito com a lei. Essa unidade, situada a 80 km de distância de Araguaína, principal centro da região, foi interditada, em 2021, devido às insalubridades pioradas com a pandemia de Covid-19ⁱ.

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO), que atuava na unidade, sempre esteve atenta às precariedades estruturais do serviço, reforçando os pedidos judiciais de interdição e construção de novo Centro, bem como atuou em outras frentes, como na garantia de direitos educacionais dos jovens, tema caro às autoras, também servidoras da Instituição, que discutem o tema no contexto de pós-graduações da Universidade Federal do Tocantinsⁱⁱ. A partir do projeto “Leitura: Espaço de Liberdade”ⁱⁱⁱ houve uma convergência de esforços institucionais e pessoais para melhorar o acesso à literatura dos adolescentes acolhidos no sistema, quando aquela unidade funcionava.

A Escola Estadual Castro Alves, situada em Santa Fé do Araguaia, atendia como extensão no Centro de Internação, isto é, funcionava em 2 (duas) unidades no mesmo município, uma delas nas instalações do Ceip Norte (antiga Delegacia), para atender exclusivamente aos adolescentes em situação de conflito com a lei, e a outra para alunos regulares do sistema de ensino daquele município, a poucas quadras da unidade socioeducativa, cerca de 500 metros. O espaço físico das salas que atendia aos internos do Ceip era na parte exterior da unidade, separada das celas. A gestão de ambas unidades, que integravam a mesma Escola Estadual Castro Alves, era responsabilidade do Governo do Estado. Com a interdição do Ceip Norte a extensão da Escola deixou de funcionar também.

Figura 1 – Fotografia do acervo de livros no Ceip Norte



Fonte: arquivo Ceip Norte

Como o Ceip só dispunha de 2 (duas) salas de aula pequenas, e o acervo de livros era em um local improvisado (Figura 1), o projeto de leitura mencionado acima efetuou melhorias estruturais na biblioteca da unidade regular, que beneficia mais de 500 alunos, e ampliou o catálogo de obras para consulta na unidade socioeducativa. O espaço para os livros na estrutura do Ceip Norte demonstra a realidade frequente de precariedade encontrada pelo pesquisador Marc de Maeyer após visitar prisões de mais de oitenta países.

Não obstante a relevante motivação da equipe multidisciplinar em dar o acesso possível aos livros no Ceip Norte, atravessar as dificuldades da própria leitura vem a ser o próximo empecilho. “Não se trata de mero jogo de palavras, pois, se aceitamos isso, temos uma definição precisa do que deveria ser a biblioteca na prisão – algo que não se reduz a um lugar em que há livros a serem distribuídos” (MAEYER, 2013, p.46). “Para alguns detentos, o livro será um objeto simbólico; para outros, é preciso prever um modo de emprego discreto”, complementa o autor (MAEYER, 2013, p.46).

O papel do educador para Costa (1991, p.41), aqui modulado à mediação da leitura, será facilitar o acesso ao educando a esses bens perdidos, a partir da compreensão da sua realidade, os limites que ela lhe impõe, as possibilidades que ela comporta de agir e modificar. A partir da compreensão deste quadro, “o adolescente em dificuldade

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

vivenciará a experiência intransferível de sentir-se autor de sua vida, de sentir-se livre em face de si mesmo e da circunstância em que foi chamado a existir”.

Isso nos fala também da apropriação do espaço, que contribui com a deficiência na produção de um território educativo, questão tratada em outra publicação de uma das autoras (Vale e Santos, 2017), haja vista que as territorialidades presentes se dão por força do Estado que ali estabelece relações conflitantes de poder as quais os adolescentes estão submetidos. As autoras evidenciaram que os adolescentes do Ceip cumprem medida socioeducativa em regime de internação, não sendo possível nas atividades escolares estabelecer relações intensas com a comunidade local, tanto por questões de segurança, bem como pela falta de apoio social e institucional às atividades que garantam o desenvolvimento educativo dos alunos nessa condição, uma vez que adolescentes em situação de conflito com a lei já vêm de uma marginalização social que se perpetua até mesmo na escola. Segundo a pedagoga entrevistada na pesquisa, os projetos pedagógicos junto à comunidade são limitados, devido existir uma percepção entre a equipe de trabalho sobre a não-aceitação da inserção desses adolescentes no seio da comunidade.

Neste sentido, o que podemos perceber na extensão da Escola Castro Alves instalada no Ceip Norte, a partir do nosso trabalho realizado pela Defensoria Pública, é que a falha na constituição de um território educativo se dá por diversos fatores, entre eles a própria degradação da prestação do serviço socioeducativo, não por menos a unidade foi interdita pelas condições precárias estruturais. Por outro lado, a prática pedagógica vem à questão, desde a formação da identidade docente à concepção de sociedade.

Para Freire (1996), o preparo científico dos docentes deve coincidir com sua retidão ética em sua prática educativa, buscando adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada, o treino técnico indispensável à adaptação do educando e sobrevivência^{iv}. Alinhado à pedagogia freiriana, Costa (1991) propõe a pedagogia da presença, através da aquisição de novas motivações, novas visões, novas estruturas de compreensão, novos valores, novos hábitos e de novas atitudes frente a si mesmo, interação na qual duas presenças se revelam mutuamente. Para ele,

o educador, que atua junto a jovens em dificuldade, situa-se no fim de uma corrente de omissões e transgressões. Sobre seu trabalho recaem as falhas da família, da sociedade e do Estado. Sua atuação, frequentemente, é a última linha de defesa pessoal e social do seu educando (COSTA, 1991, p.11)

A discussão sobre a inserção da comunidade na escola e desta na comunidade é algo que atravessa o sistema socioeducativo, ampliando as reflexões sobre como as demais unidades escolares, que apesar de todas as modificações ocorridas no sistema educacional nas últimas décadas, ainda traz uma estrutura arcaica e muitas vezes desconfortável, como aponta Vasconcellos (2010, p.2-3):

Mas, como não enxergar, por exemplo, o projeto arquitetônico descuidado, escolas que parecem prisão, sem espaço livre, sem verde, pé direito baixo, sufocando as crianças em salas mal iluminadas e mal ventiladas, corredores estreitos, sem quadras, laboratórios e até mesmo sem bibliotecas? E os recursos didáticos tão precários?

O que o autor traz sobre as escolas comuns já é bastante sintomático sobre o tipo de política que temos, onde verificamos uma deficiência na abertura dos portões da escola para a intervenção dos pais, comunidade, instituições, bem como a parte estrutural não pensada para contribuir no processo educativo. Neste sentido, uma dificuldade abissal sofre a escola do Sistema Socioeducativo.

Para Moreira (2018), a sociedade deve ser corresponsável no sistema socioeducativo, pois uma educação fracassada afeta toda a sociedade, deixando assim de ser um problema só do governo, das pessoas privadas de liberdade e de suas famílias e passando a ser uma questão de toda a comunidade que, ao somar seus esforços com os demais grupos envolvidos, estará contribuindo para o bem desses educandos.

Com isso, queremos destacar que não sendo viável a interação desses jovens nos ambientes livres, que as unidades socioeducativas se abram/convidem atuações diversas para dentro das instalações, como as atividades do projeto tema desse artigo. Além do acesso recreativo aos livros, o objetivo foi propor o uso deles no Plano Individual de Atendimento (PIA), assim textos elaborados a partir das leituras poderiam ser avaliados pela equipe multidisciplinar da unidade, conforme previsto na Lei n. 12.594/2012, que regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Assim, o usufruto dos livros, que era por empréstimo para leitura dentro da unidade, buscava driblar as dificuldades apresentadas no território educativo do Ceip, e assim possibilitar aos internos a identificação com a leitura, a escrita, se descobrissem e tivessem um espaço de liberdade na elaboração de suas subjetividades.

Ainda imbuídos nesse papel de alcançar os internos dentro do espaço educativo possível, com o objetivo de levar outras ações no âmbito do projeto de leitura, foi realizada uma sessão de cinema em novembro de 2020, quando a unidade ainda funcionava. A

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

sessão foi promovida pelo projeto Cine Defensoria^v da DPE-TO, por meio do Núcleo de Direitos Humanos (NDDH) da Instituição e contou com a exibição de 2 (dois) filmes curtas-metragens aos nove internos que estavam acolhidos no Centro à época.

Houve a exibição dos curtas-metragens ‘Meu Amigo Nietzsche’ e ‘Melanina Sim: superação do racismo na Educação’, sendo o primeiro do Catálogo da 10^a Mostra de Cinema e Direitos Humanos no Mundo^{vi}, disponibilizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Mulher no ano de 2015, e o segundo disponível no Portal da Câmara dos Deputados, na aba da TV Câmara^{vii}. Os curtas-metragens têm roteiros que dialogam entre si e trazem uma proximidade com a realidade dos adolescentes, destacando o estudo como forma de superação de um sistema, muitas vezes opressor e preconceituoso, que tem em sua mira os negros e os pobres de modo geral. Ambos os filmes suscitaram a discussão acerca da importância do processo de ensino na superação de barreiras, tanto de pensamentos quanto de posição social.

Da síntese da escuta dos adolescentes, reunidos em torno da pauta do cinema proposto, encontramos alunos com distorções na série-idade, com experiências de vida distintas, marcadas pela classe social, idade, pertencimento racial ou étnico, dentre outras dimensões que se entrelaçam na construção de cada sujeito ali presente. São biografias juvenis marcadas pela passagem no sistema socieducativo, com anseios e sonhos latentes, que buscam em suas falas conhecer a si e ao outro.

A proposta do filme “Melanina Sim: superação do racismo na Educação”

Ao colocar a educação como perspectiva de vida, o curta-metragem “Melanina Sim: superação do racismo na Educação”, narra justamente as dificuldades enfrentadas pelo jovem negro no Brasil, ao retratar em 10 minutos a biografia de Marivaldo Pereira, advogado, diplomado em Direito pela Universidade de São Paulo, cuja trajetória educacional lhe permitiu superar a exclusão social, vindo a ocupar vários cargos públicos, dentre eles o de Ministro Interino da Justiça. Já no primeiro minuto da produção, Marivaldo explica que “o sistema é feito para quem está na base, que é preto, pobre, excluído, permaneça assim para o resto da vida.”

Segundo o estudo “Pobreza na Infância e na Adolescência”, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018, p.5), 61% das meninas e meninos brasileiros vivem na pobreza – sendo monetariamente pobres e/ou estando privados de

um ou mais direitos – e os mais afetados são negros que vivem em famílias pobres monetariamente, moradores da zona rural e das Regiões Norte e Nordeste.

Não por outro motivo, o filme retrata a preocupação do personagem em contribuir com os jovens da periferia do Distrito Federal, incentivando-os a ingressarem na universidade por meio de aulas ministradas em um cursinho popular preparatório pré-vestibular. Marivaldo frisa que sua vida mudou por uma iniciativa parecida, posto que também passou por experiência semelhante e o cursinho foi a guinada que o incentivou a ingressar na vida acadêmica; vindo a concluir sua mensagem de superação com a seguinte afirmação: “O seu destino está por um fio o tempo todo”.

Nesse sentido, o intuito de levar aos internos o documentário foi o de proporcionar a reflexão acerca da vida do personagem, que superou o preconceito e alcançou, depois de uma árdua trajetória educacional, a função de primeiro Ministro da Justiça negro no Brasil.

A proposta do filme “Meu amigo Nietzsche”

O poder da leitura é mostrado na jornada do personagem Lucas, após ser advertido pela professora que melhorasse a leitura. No meio de um lixão na periferia de Brasília, local que ele atravessava para ir para casa, Lucas encontra o livro “Assim falou Zaratustra”. Ao desistir de ler porque não entendia nem mesmo as inscrições da capa e descartar o objeto no carrinho de um catador de recicláveis, o homem acaba atuando como um mediador de leitura. Ao questionar o significado de algumas palavras no texto da obra à vizinhança, eles também se colocam como mediadores.

Mas, a leitura do menino preocupa os mais conservadores, quando Lucas instiga os demais colegas a serem super-homens: “ele não é mais um menino, é uma dinamite”, diz a professora. A mãe do menino acaba por se desfazer do livro lançando-o no lixão novamente. Lucas vai procurá-lo e agora encontra a obra “Manifesto do Partido Comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels. Podemos imaginar onde poderá chegar Lucas com a primeira frase que ele lê do livro: “trabalhadores do mundo todo, uni-vos!”.

Conhecer a vida do personagem Lucas é mobilizador, no sentido de poder indagar: Quem sou eu? O que tenho feito e como? Quais minhas influências e projetos de vida? Talvez pequenas pistas e novas indagações tenham surgido na linguagem e no exercício de pensar o mundo e a vida por meio das emoções suscitadas. Afinal: “De cada vez que a nossa cabeça resolve um problema aumentamos de tamanho. Podemos chegar a ser gigantes,

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

cheios de lonjuras por dentro, dimensões distintas, países inteiros de ideias e coisas imaginárias” (MÃE, 2019, p. 10).

Não por outro motivo, a citação da obra “As mais belas coisas do mundo”, em consonância com o filme, nos faz pensar sobre quão gigantes cada um é e quão desafiador é seguir na luta pela superação da exclusão.

O olhar dos socioeducandos

A partilha realizada logo em seguida à transmissão permitiu a socialização dos curtas, os quais entrelaçam entre si a trama das vidas dos personagens e se conectam à vida daqueles jovens do Centro de Internação Socioeducativo.

Na conversa foram suscitadas questões reflexivas como: o que é melhor para mim? como me vejo no futuro? o que ou quem tem influenciado minha trajetória de vida? ainda tenho tempo para estudar? eu me vejo ou me sinto motivado pelas narrativas apresentadas nos filmes?

Em que pese o silêncio majoritário e inicial dos adolescentes, logo risos e engajamentos eram manifestos às motivações apresentadas pelos facilitadores^{viii}, em acordo ao que Maeyer (2013) enfatiza no processo educativo, o de reconhecimento do educando. Se as ações de educação se passam à pessoa, e não ao interno; se é permitida uma troca de experiências e aprendizagens diversas, se é permitido o reencontro consigo, se suas experiências são reconhecidas, a dignidade e a confiança são dadas pelo reconhecimento de si e do outro num processo educativo para a vida, como recomenda o autor.

Assim, os mediadores ouviram e encorajaram os adolescentes a se permitirem sentir, falar e debater sobre suas vivências. Dentre as histórias de vida, sonhos e motivações foram confidenciais nos depoimentos, dos quais transcrevemos alguns:

Cada vez que vocês tenta botar em nossa cabeça que a gente pode, a gente acredita que pode. Muitas vezes o sistema bota dificuldade na vida da gente, mas a gente ainda pode consegui (depoimento de adolescente).

É uma força a mais para nós que já tá assim nessa vida, a gente se sente até mais acolhido, porque muitas vezes a pessoa já desiste da vida, dos sonhos da gente. Quando aparece essas palestras a gente vê que ainda tem uma motivação para a gente seguir em frente, que ainda dá tempo, ainda tem uma força para seguir, que ainda dá tempo de mudar, seguir em frente mesmo assim. Tem vez que a pessoa até tenta desistir mesmo da vida, de estar nesse lugar aqui, mas é bom saber que tem alguém que luta por nós e acredita em nós ainda (depoimento de adolescente).

Basta ter fé e a gente querer, para a gente mudar. Conhecer as coisas a partir da leitura, conhecer coisas novas, poder ter o conhecimento (depoimento de adolescente).

Diante de todas as falas naquele momento de trocas, surgem questões que fervilham a cabeça dos jovens nesta fase em que o tempo e a transição para o corpo adulto lhes cobram responsabilidades, como a vontade de seguir um futuro profissional, inclusive, de proporcionar um cenário melhor para seus familiares, cercados cotidianamente pelas consequências da pobreza.

Julião (2009 *apud* ONOFRE; JULIÃO, 2013) acende o alerta em seus estudos de reincidência criminal. Ele aponta que “as expectativas acabam, na maioria das vezes, frustradas pelos rótulos, pelo despreparo em assumir atividades profissionais, por distorções de visão de mundo que fatalmente adquirem na *sociedade dos cativos*”.

Por isso, no diálogo, foram problematizadas questões sociais passadas e futuras que impactam na trajetória de jovens periféricos, em sua maioria negros, com baixa escolaridade, e como acabam se tornando alvos do sistema punitivo. Já preparando-os para enfrentar a desmotivação inicial, fomentou-se o debate que coloca a educação enquanto perspectiva de vida e para isso o direito às políticas de educação dentro e fora das unidades socioeducativas, como cotas e auxílios permanência, às quais também devem se somar outras políticas sociais como forma de garantir igualdade diante das desigualdades que estão muito estabilizadas na sociedade.

Os adolescentes manifestaram suas opiniões sobre os direitos, alguns relataram que, de modo geral toda a sociedade tem direitos iguais, mas a realidade é bem diferente e o acesso às políticas públicas está muito relacionado à cor, crenças e principalmente à classe social.

Outrossim, destacou-se que aproveitar as oportunidades também é fundamental, visto que mesmo enquanto estão no sistema socioeducativo podem aproveitar o “tempo livre” para obter conhecimento através do estudo regular, cursos à distância ofertados por diversos projetos e pela leitura de livros disponibilizados na biblioteca da unidade.

Dentro de um mundo letrado, o desenvolvimento estimulado pela leitura será instrumento para acessar esses direitos, afinal: “a leitura permite romper o isolamento pois possibilita o acesso a espaços mais amplos” (PETIT, 2008, p. 96).

E ali na conversa foram observados resultados iniciais do projeto de leitura na fala dos adolescentes, pois além do uso dos livros no Plano Individual de Atendimento,

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

conforme previsto na legislação que estimula o acesso à educação, a iniciativa possibilitou aos adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas e muitas vezes não tiveram contato com a literatura em suas casas, em sua trajetória escolar ou familiar, que tivessem esse acesso e pudessem ressignificar suas vidas, para que se identificassem com a leitura, escrevessem, se descobrissem e tivessem um espaço de liberdade na elaboração de suas subjetividades. Talvez foi o primeiro contato literário que eles tiveram com essa proposta de incentivo à formação de leitores através da mediação de leitura.

Um deles disse que antes lia pelo celular as notícias de esporte, mas nunca foi interessado para ler livro, só da escola (didáticos), mas completou: “aqui já comecei a ler os livros”. A partir do projeto de leitura um novo mundo se descortinou e os adolescentes quiserem falar das leituras: “O livro que eu li por último foi o velho mar”, disse um. “Eu li um livro sobre o bem estar das pessoas, como viver melhor, mais”, explicou o outro. “O último livro que eu li foi a grande esperança, falando o testemunho de uns povos, era religioso”, falou um outro adolescente.

Em síntese, a leitura nos transporta, nos permite viver outras histórias, nos dá prazer e é um direito de todos, de modo que a cada folha virada, uma nova experiência é retratada e assim somos insuflados a seguir num caminho sem volta, o de leitores!

Direito humano à literatura em Antônio Cândido

A partir deste relato de experiência se abriram caminhos para discussões sobre o direito às artes, à literatura, desembocando em questões já discutidas por Cândido ainda em 1988, no texto “O Direito à Literatura”. Para ele, seria possível entrever uma solução para as grandes desarmonias que geram a injustiça, não mais na perspectiva de um estado ideal sonhado por utopistas racionais, mas do máximo viável de igualdade e justiça em correlação a cada momento da história.

Medeiros e Mateus (2019) nos ajudam a entender a visão dos utopistas, a partir do filósofo Condorcet - que coloca a harmonia entre o progresso científico e o progresso moral da humanidade, onde a ciência é instrumento de conhecimento e ação. “É a acumulação dos conhecimentos humanos que forma a dinâmica da história” [...]. A natureza e a sociedade tornam-se, sob este ponto de vista, objeto da ação, racional, do homem, visando sua transformação” (MEDEIROS e MATEUS, 2019, p.115). As autoras destacam as concepções positivistas, em Condorcet e Comte:

É possível ouvir distintamente a ressonância dos dez estágios do progresso do homem delineados por Condorcet na lei comtiana dos três estados, segundo a qual a espécie humana, o espírito individual e as ciências perfazem uma trajetória histórica que passa de um estado teológico a um estado metafísico, até alcançar o terceiro e último estado, o positivo, no qual o espírito humano finalmente encontra a ciência, base de organização moral e intelectual da sociedade. (MEDEIROS e MATEUS, 2019, p.115).

E novamente, trazemos como Cândido (2004, p.170) contrapõe essa visão:

E de fato, durante muito tempo acreditou-se que, removidos uns tanto obstáculos, como a ignorância e os sistemas despóticos de governo, as conquistas do progresso seriam canalizadas no rumo imaginado pelos utopistas, porque a instrução, o saber e a técnica levariam necessariamente à felicidade coletiva. No entanto, mesmo onde estes obstáculos foram removidos a barbárie continuou entre os homens (CÂNDIDO, 2004, p. 170).

O que o autor enfatiza é que dominamos ao máximo a racionalidade técnica e a natureza, “isso permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem, quem sabe inclusive o da alimentação. No entanto, a irracionalidade do comportamento é também máxima” (CÂNDIDO, 2004, p. 170).

Cândido (2004, p. 170) destaca que se as possibilidades existem [estágio atual dos recursos técnicos e de organização], “a luta ganha maior cabimento e se torna mais esperançosa, [...] Quem acredita nos direitos humanos procura transformar a possibilidade teórica em realidade [...]”.

À época, o autor vislumbrava algumas mudanças sociais que poderiam representar manifestação infusa da consciência de que a desigualdade é insuportável. Contudo, com o retrocesso que vivemos hoje no sentimento do próximo, como ele se referiu a essa consciência, é preciso voltar à base da reflexão sobre os direitos humanos para que possamos progredir, minimamente, pois a questão afeta as lutas sociais, que buscam prover consciência a nossa sociedade.

pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo. Esta me parece a essência do problema, inclusive no plano estritamente individual, pois é necessário um grande esforço de educação e auto-educação a fim de reconhecermos sinceramente este postulado. Na verdade, a tendência mais funda é achar que os nossos direitos são mais urgentes que os do próximo (CÂNDIDO, 2004, p. 172).

Assim, uma das premissas colocadas pelo autor é considerar, a partir de si próprio, o que seriam os “bens incompreensíveis”, isto é, os que não podem ser negados a ninguém. O termo é cunhado pelo sociólogo francês e padre dominicano Louis-Joseph

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

Lebret, fundador do movimento Economia e Humanismo. O autor coloca que os bens incompreensíveis têm os seus critérios vinculados à época e à cultura, mas é consenso aqueles que asseguram uma sobrevivência decente.

É neste sentido que o autor vem defender que “a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (CÂNDIDO, 2004, p.191), ou seja, fundamental, portanto incompreensível. A humanização pela literatura é um dos principais argumentos do autor. “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”. (CÂNDIDO, 2004, p. 180). Humanização que desencadeia reflexão, saber, boa disposição para o próximo, a capacidade de penetrar os problemas da vida, onde se situa a literatura social, segundo o autor (CÂNDIDO, 2004, p. 180).

Assim, o autor destaca ainda a literatura como instrumento de focalizar as restrições dos direitos. Ele cita como exemplo, a literatura empenhada – “modalidade de literatura que visa a descrever e eventualmente a tomar posição em face das iniquidades sociais, as mesmas que alimentam o combate pelos direitos humanos” (CÂNDIDO, 2004, p. 181).

A partir do período romântico a narrativa desenvolveu cada vez mais o lado social, como aconteceu no Naturalismo, que timbrou em tomar como personagens centrais o operário, o camponês, o pequeno artesão, o desvalido, a prostituta, o discriminado em geral (CÂNDIDO, 2004, p. 184).

Essas duas perspectivas da relação da literatura com os direitos humanos trazidas pelo autor, a humanização pela literatura e como instrumento de desmascaramento de restrição dos direitos, tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos.

Como já havíamos destacado, o autor coloca que o critério para determinar se um bem é incompreensível é dado pela própria sociedade, que “pode restringir ou aumentar a fruição deste bem humanizador” que é a literatura. No Brasil, Cândido (2004, p.187) considera que a situação é dramática, “onde a maioria da população é analfabeta, ou quase, e vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à leitura”. Para ele, em uma sociedade igualitária: “os produtos literários poderão circular sem barreiras” (CÂNDIDO, 2004, p.187).

Justamente a proposta do projeto, resistir a uma realidade que está dada, buscando ampliar o olhar dos jovens tolhidos de suas liberdades, e difundir a cultura pela experiência

estética pautada na leitura e arte cinematográfica, que exercitam a reflexão sobre a realidade, o direito à educação e o direito à cultura.

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos educacionais no sistema socioeducativo

A falta de acesso a bens culturais como teatro, cinema e literatura são barreiras geralmente associadas à dificuldade econômica e distanciam ainda mais os adolescentes do sistema socioeducativo, que por vezes são privados não só da liberdade, mas também de usufruir produtos culturais no cotidiano, condição não distante em todo o sistema carcerário, como expõe Maeyer (2013, p. 35):

A maior parte dos detentos é constituída por pobres, tem um nível educacional muito baixo, jamais conheceram a escola ou, quando conheceram, sua experiência frequentemente terminou em fracasso; muitos detentos são jovens ainda e, em numerosos países, os migrantes (econômicos) constituem uma parte importante da população carcerária.

Condição que é reflexo primeiro da realidade social. No quesito educação, o Brasil ocupou, em 2015, a 60ª posição entre os 76 países avaliados, de acordo com os dados divulgados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostrando que apesar de todos terem direito ao estudo ainda existem muitos empecilhos tanto ao acesso quanto à qualidade do ensino, visto que as desigualdades sociais e as desigualdades educacionais se interligam e se somam a outras tantas situações, conforme elucidada Bruel (2021, p. 12):

No campo da educação, podemos considerar a existência de múltiplas desigualdades. Entre elas, desigualdades de acesso à escola, que vão desde a exclusão total e violação do direito à matrícula em um estabelecimento de ensino até a existência de escolas com condições de qualidade desiguais que ofertam oportunidades desiguais de ensino e aprendizado.

Isso demonstra que o país ainda está muito vulnerável nesse quesito tão importante para o desenvolvimento humano e social. O principal problema relatado é o grande número de adolescentes que abandonam a escola. No documento da OCDE aborda-se que praticamente todas as crianças entre sete e catorze anos se matriculam na escola, mas muitas delas não permanecem até o final, seja porque o currículo não é atrativo, seja pela busca de renda e a ocorrência do trabalho infantil. Percebe-se então que, apesar do direito de todos à igualdade, faz-se necessário que sejam vistas essas particularidades que tornam alguns alunos mais vulneráveis à desistência, não podendo dessa forma tratá-lo de modo

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

igual àquele que tem todas as condições adequadas para estudar, mas sim elaborar e efetivar políticas adequadas a essas diferentes realidades para que todos consigam ter uma trajetória escolar esperada.

Nota-se que, ainda que possua diversos programas de garantia de direitos educacionais, como combate ao analfabetismo; acesso à educação na série correta; possibilidade de início ou continuidade de ensino para quem não teve a oportunidade de estudar na idade adequada (Educação de Jovens e Adultos), dentre vários outros, o país ainda está muito aquém em níveis educacionais.

Em que pese as constantes lutas pela educação e as conquistas alcançadas, o Brasil tem sofrido com a falta de prioridade à área da educação, como constantes trocas de titulares no Ministério da Educação (MEC) e corte de orçamento. Até o final da atual gestão já terá passado cinco ministros na pasta, caso o próximo siga até o final do mandato. Em 2021, foi 6,3 bilhões a menos no orçamento, o que representou o menor valor para a educação básica desde 2010 (SALDAÑA, 2021).

Em linhas gerais, não é possível pensar os problemas educacionais apartados dos problemas sociais. Para Freire (2019) essa diferença é explicada pela própria formação social, pois “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”.

A desvalorização da educação aponta para a redução de políticas públicas que afetam frontalmente àqueles que mais precisam de uma educação pública de qualidade, seja no ambiente de liberdade, seja no sistema socioeducativo, seja na educação prisional. A participação social na luta pelos direitos de educação é essencial para que estes não retrocedam ou sejam viesados, mas sim evoluam na garantia de acesso, conforme as circunstâncias do mundo, como o enfrentamento recente à escolarização em situação de pandemia, quando mais do que nunca percebeu-se que esses direitos precisam ser efetivados para retomar e compensar as perdas na área da educação.

Considerações Finais

Se em três décadas do microssistema especial do ECA ainda enfrentamos a privação de direitos educacionais à crianças e adolescentes no Brasil, lutar pela educação deveria ser a prioridade mais alta nas esferas sociais, políticas, econômicas, como um instrumento na minoração da desigualdade e da pobreza, que afeta frontalmente os jovens que

cumprem medidas socioeducativas, a maioria negra e parda, alojados em unidades como a do Ceip Norte espalhadas pelo país.

O que temos apreendido ao conhecer as nuances do sistema socioeducativo com os estudiosos e pela vivência pedagógica que relatamos é que as respostas do Estado e da sociedade são medidas de repressão, segregação, e, no Brasil, até mesmo do extermínio, como discorre Costa (1991), que nos diz ainda, que o caminho mais correto, consiste em criar condições para uma educação verdadeiramente positiva, que passa pelo processo de confrontação com a sua própria realidade pessoal e social, mas que tenta devolver ao educando o caminho de sua libertação.

A abertura para o outro e para si, o deleite ou mesmo a oposição e o combate inspiraram a proposta do Cine Defensoria realizado na unidade Ceip Norte, em 4 de novembro de 2020, ampliando o acesso cultural àqueles que por vezes não tiveram a oportunidade de ingressar em uma sala de cinema ou de debater temas tão próximos de suas realidades. À medida que tais espaços são ampliados, a educação em Direitos cumpre o seu papel.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Não paginado. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em 12 mar. 2021.

BRUEL, Ana Lorena. **Desigualdades educacionais sob a perspectiva da aquisição da língua portuguesa: o que dizem os dados das avaliações externas?** In: Revista na Ponta do Lápis. Ano XVII, n. 37, 2021. Disponível em <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/11183/npl37.pdf>>. Acesso em 3 abr. 2022.

CANDIDO, Antonio et al. **O direito à literatura.** In: Vários escritos. 4ª ed. Editora Ouro sobre Azul. São Paulo, 2004.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Por uma pedagogia da presença.** Brasília: Ministério da Ação Social, 1991.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social no Brasil.** Anais 1º Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2006. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100007&lng=en&nrm=abn>. Acesso em 06 Apr. 2022.

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Pobreza na infância e na adolescência**. Brasília, 2018. Disponível em:
https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf
f. Acesso em 15 mar. 2021.

MÃE, Valter Hugo. **As mais belas coisas do mundo**. 1 ed., Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2019.

MAEYER, Marc de. **A educação na prisão não é uma mera atividade**. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, 2013. Disponível em
<<https://www.scielo.br/j/edreal/a/dh4zJZ6tdWTRQmMRGDY3SvF/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em 3 abr. 2022.

MAEYER, Marc. **Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?** In: Alfabetização e cidadania. Revista de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Raab, Unesco, 2006.

MEDEIROS, Valéria da Silva; MATEUS, Andrea Martins Lameirão. **Literatura Distópica, ontem e hoje: um percurso na História e na Ficção**. Revista Literatura e Autoritarismo, UFSM, v. 22, p. 109-129, 2019. Disponível em
<<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/38413>>. Acesso em 18 mar. 2021.

MOREIRA, Gislene. **Políticas Públicas para a Educação Prisional no Brasil: o caso do ENEM PPL**. 85f. Dissertação. Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína – Curso de Pós Graduação (Mestrado) em Ensino de Língua e Literatura, 2018.

ONOFRE, Elenice Maria Cammaosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas**. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013, Disponível em
<<https://www.scielo.br/j/edreal/a/V5W4MGrPhHnWn4HGnKcrs5L/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em 3 abr. 2022.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. Tradução: Celina Olga de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2008.

SALDAÑA, Paulo. **Na pandemia, MEC tem o menor orçamento para educação básica da secada**. Folha de São Paulo, 21 fev. 2021. Disponível em
<<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/02/na-pandemia-mec-tem-o-menor-orcamento-para-educacao-basica-da-decada.shtml>>. Acesso em 17 mar. 2021.

VALE, Keliene M. S. S; SANTOS, G. B. **O Espaço da Escola do Sistema Socioeducativo e as Relações Cotidianas com a Comunidade no Estado do Tocantins**. In: Anais I Simpósio

Estadual da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social e IV Seminário de Pesquisa EPDS da UFT, 2017, Palmas/TO. 2017. v. 1. p. 707-712. Disponível em <<http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1101>> Acesso em 26 mar. 2022.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **O desafio da qualidade da educação**. In: Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica. 2010. Disponível em <http://www.celsovasconcellos.com.br/index_arquivos/Page7341.htm> Acesso em 26 mar. 2022.

YUNES, Eliana. **Em que a leitura importa?** In: Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social, v. 27, São Paulo: Unesp, 2020. Disponível em <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/1893/1538>>. Acesso em 18 mar. 2021.

Agradecimentos

Agradecemos à professora da Universidade do Norte do Tocantins, Dra Valéria Medeiros, que abrilhantou o momento com sua rica experiência literária e cinematográfica. Seu conhecimento no âmbito da leitura e do encarceramento nos ajudou na sensibilização de tema tão caro aos Direitos Humanos.

Notas

ⁱEm 2020, foi registrado que todos os adolescentes que eram abrigados foram contaminados com coronavírus, apresentando sintomas leves, o que gerou preocupação de familiares e órgãos públicos, conforme a notícia “Servidores denunciam surto de Covid-19 entre adolescentes do Centro de Internação de Santa Fé do Araguaia”. Fonte: G1 Tocantins, 22 ago. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/08/22/servidores-denunciam-surto-de-covid-19-entre-adolescentes-do-centro-de-internacao-de-santa-fe-do-araguaia.ghtml>>.

ⁱⁱ A doutora em Letras e defensora pública, Téssia Gomes Carneiro, idealizou o projeto “Leitura: Espaço de Liberdade” como produto do doutorado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) na linha que contempla a pesquisa sobre educação prisional. A doutoranda em Letras Gislene Moreira discutiu a educação socieducativa em sua dissertação de mestrado intitulada “Políticas Públicas para a Educação Prisional no Brasil: o caso do ENEM PPL”. A doutoranda Keliane Vale discutiu o território socieducativo no artigo final de especialização em educação intitulado “Território educativo da escola do Sistema Socieducativo”.

ⁱⁱⁱAtravés do projeto, que recebeu verba de 10 mil reais do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Araguaína, oriunda de acordos judiciais, melhorias estruturais foram realizadas na biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, em Santa Fé do Araguaia, bem como aquisição de 600 obras literárias, mobiliário, um notebook, uma impressora multifuncional, três conjuntos de mesas com quatro cadeiras, um ar-condicionado. Mais informações na notícia “Projetos da Defensoria Pública e MPT vão investir na educação de internos do Ceip Norte”. Fonte: Defensoria Pública do Estado do

Ainda é preciso lutar pela garantia de direitos no sistema socioeducativo: relato de experiência sobre projeto de acesso à educação

Tocantins, 02 ago. 2019. Disponível em <<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/36073-projetos-da-defensoria-publica-e-mpt-vaoinvestir-na-educacao-de-internos-do-ceip-norte>>.

^{iv} Paulo Freire ao propor a pedagogia da autonomia, a questão da formação docente é a temática central em torno de que gira sua perspectiva, ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressiva em favor da autonomia do ser dos educandos. Um destaque do autor é a natureza ética da prática educativa, enquanto prática especificamente humana e não a de mercado, que segundo ele, produz uma ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal. Essa ideologia “insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar quase natural. Frases como a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” (FREIRE, 1996).

^vA sessão ocorreu no ano do aniversário de 30 (trinta) anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), legislação especial nascida no cenário de busca pela justiça social, em consonância com a Constituição Federal de 1988. Registro jornalístico do evento consta na notícia “Cine Defensoria coloca a educação como perspectiva de vida para adolescentes do Ceip Norte”. Fonte: Defensoria Pública do Estado do Tocantins, 05 nov. 2020. Disponível em <<https://www.defensoria.to.def.br/noticia/45831-cine-defensoria-coloca-a-educacao-como-perspectiva-de-vida-para-adolescentes-do-ceip-norte>>.

^{vi} Meu Amigo Nietzsche (2012), direção de Fáusto da Silva – A trama mostra o improvável encontro entre o menino Lucas e o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, provocando uma violenta revolução na mente do jovem, em sua família e na sociedade. Disponível em <https://mostracinemaedireitoshumanos.mdh.gov.br/2015/wp-content/uploads/2015/11/Catalogo_internet.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

^{vii} Melanina Sim - Episódio “Superação do racismo pela educação” (2017), direção de Guilherme Bacalhao – No programa Melanina Sim, jovens negros narram suas vivências de racismo e as ações que empreendem de forma coletiva ou individual para superar o preconceito e as situações de vulnerabilidade social que atingem a juventude negra. No episódio, Marivaldo refaz a trajetória que lhe permitiu superar a exclusão social e como chegou a substituir interinamente o Ministro da Justiça. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/tv/542797-melanina-sim-superacao-do-racismo-na-educacao/>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

^{viii}Da equipe de mediadores participou a defensora pública Téssia Gomes Carneiro; a analista em pedagogia Gislene Santos Moreira e a analista em jornalismo Keliane Vale, da DPE-TO; a equipe multidisciplinar daquela unidade (Ceip Norte); e a professora doutora Valéria Medeiros, da Universidade Federal do Tocantins e da Cátedra Unesco de Leitura.

Sobre as autoras

Téssia Gomes Carneiro

Defensora Pública no Tocantins (DPE, Palmas) e doutora em Letras pela Universidade Federal do Norte do Tocantins, na linha de pesquisa contemplativa da educação prisional e remição pela leitura (UFNT, PPGL, Araguaína, Brasil). Tem mestrado pelo Programa de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPJDH) da Universidade Federal do Tocantins (UFT, Palmas). Tem especialização em Direito Penal pela Universidade Federal de Goiás (UFG, Goiânia). É graduada em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO, Goiânia, Brasil). E-mail: tessia.gomes@uft.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6481-1430>

Keliane Vale

Jornalista na Defensora Pública no Estado do Tocantins (DPE, Palmas) e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT, PPGDR, Palmas). Tem mestrado pelo Programa de Cultura e Território (UFT, PPGCult, Araguaína). Tem especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFT, Araguaína). É bacharel em jornalismo (UFT, Palmas). E-mail: keliane.vale@uft.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1148-2132>

Gislene Moreira

Pedagoga na Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE, Palmas) e doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT, Araguaína). Tem especialização em Pedagogia Empresarial e Docência Universitária pela Faculdade Católica Dom Orione (FACDO, Araguaína, Brasil). Graduada em Pedagogia pela Faculdade AD1 (Brasília, Brasil) e em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT, Palmas). E-mail: gislene.sm@defensoria.to.def.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1626-5831>

Recebido em: 31/10/2021

Aceito para publicação em: 23/03/2022